

## **Relatório do Comissário dos Direitos Humanos do Conselho da Europa, Nils Muižnieks, no seguimento da sua visita a Portugal de 7 a 9 de maio de 2012**

O Comissário Nils Muižnieks e a sua delegação visitaram Portugal entre 7 e 9 de maio de 2012. No decurso da sua visita, o Comissário realizou reuniões com as autoridades nacionais, organizações da sociedade civil e sindicatos sobre o impacto da crise financeira e das medidas de austeridade nos direitos humanos e, mais especificamente, nos direitos sociais e económicos. Nils Muižnieks dedicou uma atenção especial às crianças, aos idosos, às comunidades ciganas e ao trabalho das organizações nacionais envolvidas na promoção e proteção dos direitos humanos, concentrando-se o seu relatório nestas questões.

### **1. O impacto das medidas de austeridade nos direitos das crianças**

O Comissário registou, com apreensão, os relatos que indicavam que a pobreza infantil está a aumentar em Portugal, como resultado do aumento do desemprego e na sequência da adoção das medidas de austeridade em 2010 e 2011. Os cortes nos apoios aos cuidados à infância em 2010 e 2012 foram particularmente graves e tiveram um impacto significativo no rendimento de muitas famílias com crianças e, conseqüentemente, nos direitos das crianças.

O Comissário partilha das preocupações expressas pelo Provedor da Justiça português relativamente aos novos critérios de elegibilidade mais restritivos para os benefícios sociais que podem levar alguns beneficiários a serem indevidamente privados do acesso ao bem-estar social, o que também pode constituir uma importante redução nos seus rendimentos. O aumento dos preços dos cuidados de saúde e transportes públicos, bem como do número de despejos – resultantes do não-pagamento dos créditos à habitação – teve também um impacto particularmente negativo sobre os direitos das crianças. O rigor orçamental está também a afetar a educação, incluindo o ensino superior. Por exemplo, a redução do número de bolsas para universitários conduziu, sem dúvida, ao abandono dos estudos por parte de um número significativo de estudantes. O sistema de ensino português continua a ser confrontado com o desafio de uma elevada percentagem de alunos que abandonam a escola precocemente.

Embora se congratule com as medidas adotadas pelo governo em agosto de 2011, como parte do Programa de Emergência Social, o Comissário expressou a sua inquietação pelo facto das medidas de austeridade fiscal dos últimos dois anos representarem uma séria ameaça aos progressos obtidos na última década, nomeadamente com os Planos Nacionais de Ação para a Inclusão cujo objetivo era o combate à pobreza e à exclusão social. O Comissário apela às autoridades portuguesas que prestem especial atenção ao potencial impacto da crise na violência doméstica contra as crianças, bem como sobre o trabalho infantil, que tem diminuído significativamente em Portugal na sequência da adoção de medidas a fim de cumprir integralmente as normas contidas na Carta Social Europeia.

## **2. O impacto das medidas de austeridade nos direitos dos idosos**

A população Portuguesa está a envelhecer (18% com 65+ anos). Os idosos são vulneráveis e são negativamente afetados pelas medidas de austeridade que resultaram na redução dos rendimentos devido ao congelamento das pensões e cortes nos benefícios sociais. Outros fatores como a subida dos preços dos cuidados de saúde, transportes públicos, gás e eletricidade e bens alimentares tiveram um impacto significativo nas condições de vida das pessoas idosas com baixos rendimentos, especialmente aquelas que residem em áreas rurais isoladas. O Comissário considera ainda motivo de grande preocupação que muitas famílias estejam, supostamente, a retirar os idosos dos centros de dia e dos lares e os levem para casa para que estes agregados possam beneficiar de um rendimento adicional com as pensões destes idosos.

Enquanto a desinstitucionalização é um processo bem-vindo, desde que efetuado como parte de políticas abrangentes e com um apoio adicional para as pessoas idosas e suas famílias, esta situação pode também resultar em níveis mais elevados de abuso, incluindo violência e negligência, quando ocorre sem o devido controlo e apoio adequado por parte do Estado.

O Comissário está apreensivo com os relatos que indicam que as violações dos direitos dos idosos estão a aumentar em Portugal. Embora observando que foram tomadas medidas pelas autoridades para mitigar o impacto da austeridade sobre as pessoas mais velhas, salienta que é preciso fazer mais para proteger as pessoas idosas e para lhes proporcionar as oportunidades que lhes permitam levar uma vida digna e desempenhar um papel ativo na sociedade, em consonância com a Carta Social Europeia, à qual Portugal está vinculado.

## **3. A Proteção dos direitos das Comunidades Ciganas**

O Comissário está particularmente preocupado com a situação da maioria das comunidades ciganas em Portugal que continuam a enfrentar atitudes xenófobas e outras formas de discriminação racial em todos os setores sociais. Saúda a adoção, em janeiro de 2012, da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas e apela ao Governo que proceda à sua aprovação formal, para que a sua execução possa começar de imediato. É salientado que devem ser alocados os recursos humanos e financeiros necessários para a sua implementação.

Neste contexto, o Comissário sublinha a necessidade de colocar no topo da agenda política a luta contra as atitudes xenófobas, racismo e discriminação. Além disso, refere ainda que os representantes e as organizações ciganas devem estar diretamente envolvidas na implementação e acompanhamento da estratégia e outras medidas que digam respeito à vida destas comunidades. O Comissário vê com apreensão a persistência de condições de vida precárias que afetam uma grande parte das Comunidades Ciganas e encoraja as autoridades a resolver totalmente as violações encontradas pelo Comité Europeu dos Direitos Sociais na sua decisão de 2011, no caso de *ERRC v Portugal*. Apesar de alguns programas de reinstalação,

muitos ciganos continuam a viver em acampamentos clandestinos, muitos deles em áreas isoladas, longe dos centros urbanos e da maioria da população, e sem acesso aos serviços básicos. O Comissário Europeu regista com preocupação que as medidas tomadas por algumas autoridades locais, tais como privar acampamentos ciganos do acesso à água, tem sido em violação das mais elementares normas europeias dos direitos humanos. O facto de que muitos alunos ciganos são inseridos em classes separadas é também uma inquietação para o Comissário que acredita firmemente que a integração no ensino regular deve ser favorecida, de modo a garantir que todos os alunos ciganos têm igual acesso à educação de qualidade.

#### **4. O impacto das medidas de austeridade nas organizações que trabalham no domínio da proteção e promoção dos direitos humanos**

O Comissário saúda o facto dos orçamentos das estruturas nacionais dos Direitos Humanos, como o Provedor da Justiça, não terem sido desproporcionalmente afetados pelas medidas de austeridade e que essas instituições continuem a cumprir efetivamente os seus mandatos. No entanto, tem consciência que as organizações não-governamentais e as instituições de solidariedade envolvidas no trabalho com os direitos humanos e na prestação de serviços a grupos sociais vulneráveis enfrentam graves dificuldades, apesar de um número cada vez maior de pessoas recorrer aos seus serviços, como resultado da crise financeira.

O Comissário refere que uma parte substancial do Programa de Emergência Social deve ser implementado pelas organizações da sociedade civil que estão isentas de impostos a partir de 2012. No entanto, o Comissário está preocupado com o facto desta medida não ser suficiente para garantir que essas organizações continuem a prestar serviços de qualidade às pessoas em situação de privação. As autoridades são também chamadas a estabelecer uma cooperação e diálogo sistemático com as organizações da sociedade civil como uma prática da política de combate à pobreza, uma vez que o Estado depende em grande medida da sua atuação.